to por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, foi nomeado para o lugar de canalizador, o candidato:

André João Lagoa Catela — 15 valores.

Mais se torna público que o candidato nomeado deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas — artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*. 1000303167

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE

Aviso n.º 61/06-VP

Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos datados de 9 de Junho de 2006, foi autorizada a renovação dos contratos trabalho a termo resolutivo certo, abaixo indicados, por mais um ano, nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto:

Marco José de Bessa Mendes, técnico de informática de grau 1, nível 1, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

Maria Cândida Matos Pessoa Salgado, auxiliar de serviços gerais, com efeitos a partir de 5 de Julho de 2006.

Nuno Miguel da Cruz Alegre Cardoso, fiscal municipal de 2.ª classe, com efeitos a partir de 7 de Julho de 2006.

Pedro Constantino Carvalho Alves, arquitecto de 2.ª classe, com efeitos a partir de 11 de Julho de 2006.

Ana Sofia Carvalho Fonseca, assistente administrativa, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Catarina Isabel da Cruz Figueira, assistente administrativa, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Elisabete Marinho Nuno Marralheiro, auxiliar técnica de turismo, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Paulo Miguel de Jesus Margarido, técnico profissional de análises, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Teresa Maria da Costa Faustino Machado da Silva, técnica superior de economia de 2.ª classe, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Carlos Honório Machado dos Santos, assistente administrativo, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

Catarina Isabel Neto Façanha, assistente administrativa, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

David António Rosa Parreiral Caetano, engenheiro técnico civil de 2.ª classe, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

Luis Filipe Henriques Ribeiro, engenheiro técnico civil de 2.ª classe, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

Patrícia Alexandra Pereira Ferreira, assistente administrativa, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

Paula José Mendes Azeiteiro, assistente administrativa, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

Sérgio Paulo dos Santos Figueiredo, assistente administrativo, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2006.

21 de Junho de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*. 1000303169

Aviso n.º 62/06-VP

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos se torna público que, em conformidade com o disposto no artigo 2.º, alínea *d*), e artigo 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e por meus despachos datados de 9 de Junho de 2006, foram reclassificadas, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2006, os funcionários abaixo indicados:

Maria Estilita Abrantes Pais, assistente administrativa, escalão 1, índice 199, em técnico profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe, escalão 1, índice 199.

Natércia Maria Lopes da Conceição de Melo Ferreirinha, auxiliar técnica de BAD, escalão 3, índice 218, em técnica profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe, escalão 3, índice 218.

Idália Maria dos Santos Silva, auxiliar administrativa, escalão 1, índice 128, em assistente administrativa, escalão 1, índice 199.

Armando Oliveira Fernandes Ruivo, cantoneiro, escalão 3, índice 155, em pedreiro, escalão 3, índice 160.

(Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 31 de Agosto.)

26 de Junho de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*. 1000303170

Aviso n.º 63/06-VP

Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de lubrificador principal

Nomeação

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho datado de 27 de Junho de 2006, foi nomeado para o lugar de lubrificador principal, o candidato ao concurso referido em epígrafe e cuja lista de classificação final foi enviada ao mesmo em 19 de Junho de 2006:

Evaristo José da Silva Grilo.

O candidato nomeado deve apresentar-se, a aceitar o lugar, nos 20 dias imediatos ao da publicação, do presente aviso, no *Diário da República*.

27 de Junho de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*. 1000303134

Aviso n.º 65/06-VP

Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de jardineiro principal

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 28 de Junho de 2006, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da afixação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de jardineiro principal, pertencente ao grupo de pessoal de operário qualificado, que se encontra vago no quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

O concurso rege-se-á nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e em conformidade com o disposto no seu artigo 27.º se faz constar:

1 — O concurso é de acesso válido para a vaga posta a concurso e cessa com o seu preenchimento.

2 — Podem concorrer os funcionários que reúnam os seguintes requisitos:

2.1 — Gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

2.2 — Especiais — conforme o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

3 — Remuneração e condições de trabalho — o vencimento mensal ilíquido é o correspondente ao escalão 1, índice 204 na escala indicatória para as carreiras de regime geral da função pública, actualmente 656,72 euros, e as condições de trabalho são as genericamente vigentes na administração local.

4 — Conteúdo funcional — o constante no Despacho n.º 38/88, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 26 de Janeiro de 1989.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se no município de Cantanhede.

6 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, vice-presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

Engenheiro António do Patrocínio Alves, presidente do conselho de administração da INOVA, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e engenheiro Francisco Daniel dos Santos Henriques, engenheiro florestal de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Engenheira Cátia Lopes Vieira, técnica superior de engenharia zootécnica estagiária, e engenheira Maria João Aires Dias Mariz, engenheira do ambiente.

7 — Métodos de Selecção — consistirão em avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Consideram-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Condições de admissão concurso — as candidaturas deverão ser formalizadas por requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, podendo o mesmo, bem como toda a documentação que o deve acompanhar, ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou ser remetido pelo correio, com aviso de recepção, endereçado à Secção dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Cantanhede, Praça do Marquês de Marialva, apartado 154, 3064-909, Cantanhede, expedido até ao termo do prazo fixado no aviso do concurso, e nele deverão constar os seguintes elementos:

8.1 — Identificação completa — nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, morada com indicação do código postal, situação militar, número e data do bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e prazo de validade, número de contribuinte, profissão e residência, concurso a que se candidata e a indicação do *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso e, bem assim, declaração, sob compromisso de honra, e em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente aos requisitos constantes das alíneas *a)* a *f)* do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, referidas no n.º 2.1 do presente aviso.

8.2 — Quaisquer elementos que o candidato repute serem relevantes para a apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

8.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos são punidas nos termos da lei.

9 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

9.1 — *Curriculum vitae*, actualizado e detalhado, devidamente datado e assinado, indicando, nomeadamente, as funções que exerce e as exercidas anteriormente e os períodos de duração a que umas e outras se reportam, relevante para o exercício das funções inerentes ao lugar a concurso, bem como a formação profissional complementar (estágios, especializações, acções de formação, seminários, etc.).

9.2 — Fotocópia do certificado de habilitações literárias e ou qualificações profissionais exigidas (sob pena de exclusão).

9.3 — Os funcionários deverão apresentar declaração passada e autenticada pelo organismo a que se encontra vinculado, donde conste a natureza do vínculo à função pública, a categoria que possui e a respectiva antiguidade na categoria e carreira, bem como o tempo de serviço na função pública.

9.4 — Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte.

9.5 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal desta autarquia ficam dispensados da apresentação dos documentos de requisitos exigidos, desde que constem dos respectivos processos individuais.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — A publicação da relação dos candidatos ao concurso e lista de classificação final serão efectuadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º, 35.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

28 de Junho de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*. 1000303135

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do

Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, de acordo com o meu despacho de 14 de Junho de 2006, e atendendo a que se mantêm os motivos que originaram a contratação, foram renovados, pelo período de 1 ano, os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo certo:

António Rosa Jorge, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Francisco Afonso Inácio, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Jacinto Marques Damos, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Manuel Correia Rodrigues, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Manuel Francisco de Matos, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Manuel José de Assunção, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Manuel Rosa Fatana, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Nuno José Silva Agostinho, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

Silvio Gonçalves de Sousa, na categoria de operário semiqualeficado (cantoneiro), com início a 5 de Julho de 2006.

16 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*. 1000303171

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Aviso n.º 81/2006/DAGR/DGFRH

Concurso externo de ingresso para recrutamento excepcional de um técnico superior principal

Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho proferido, no passado dia 31 de Janeiro de 2005, pelo presidente desta Câmara Municipal, Dr. Carlos Encarnação, ao abrigo da competência própria que lhe é conferida pelo artigo 9.º do mesmo diploma, combinado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/99, já referido, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso supramencionado para o quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

1 — Este concurso rege-se pelo disposto nos Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho; Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho; Decreto-Lei n.º 184/98, de 2 de Junho; Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro; Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro; Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/99, de 11 de Junho; Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro; e Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º e dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, em caso de igualdade de classificação, têm preferência os candidatos com deficiência, os quais deverão declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, bem como todos os elementos que considerem necessários à adequação do processo de selecção às capacidades de comunicação/expressão dos mesmos.

3 — O concurso é válido para o provimento do lugar a concurso, e dos que houver necessidade de prover, no prazo de um ano, contado da data de publicação da respectiva lista de classificação final.

4 — O local de trabalho é na área do município de Coimbra.

5 — O vencimento é o correspondente ao escalão 1 do índice 510 (1641,79 euros), sendo aplicáveis as condições de trabalho e regalias sociais genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — O conteúdo funcional é o descrito no mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

7 — Os candidatos ao presente concurso devem reunir os seguintes requisitos:

7.1 — Requisitos gerais — os previstos nas alíneas *a)* a *f)* do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, apli-